



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

As Demonstrações Contábeis da Controladoria-Geral da União - CGU contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

Exercício 2020

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU

SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro

70070-905 – Brasília-DF

cgu@cgu.gov.br

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Ministro da Controladoria-Geral da União

JOSÉ MARCELO CASTRO DE CARVALHO

Secretário-Executivo

VIVIAN VIVAS

Diretora de Gestão Interna

GIOVANNI CÂNDIDO DEMATTE

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AIRSON DE ARAUJO SOUZA

Contador Responsável

CRC nº GO-016070/O

EQUIPE TÉCNICA:

Anderson Nunes Vieira

Ary Leite de Jesus

Carla Lyra Nascimento Rezende

Carlos Alexandre Vieira de Vasconcelos

Maria Helena Kerber

CONTEÚDO

LISTA DE SIGLAS	4
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
APRESENTAÇÃO	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
BALANÇO PATRIMONIAL (BP)	9
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL	11
Nota 1 • Caixa e Equivalentes de Caixa	11
Nota 2 • Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11
Nota 3 • Créditos a Longo Prazo	12
Nota 4 • Imobilizado	13
Nota 5 • Intangível	15
Nota 6 • Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo (CP)	15
Nota 7 • Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16
Nota 8 • Resultados Acumulados	16
Nota 9 • Atos Potenciais Ativos	17
Nota 10 • Atos Potenciais Passivos	17
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)	18
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	20
Nota 11 • Dotação e Execução Orçamentária da Despesa (Corrente e de Capital)	20
Nota 12 • Execução de Restos a Pagar (Processados e Não Processados)	24
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	25
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	26
Nota 13 • VPA – Transferências e Delegações Recebidas	26
Nota 14 • VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	26
Nota 15 • VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	27
Nota 16 • VPD – Pessoal e Encargos	28
Nota 17 • VPD – Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29
Nota 18 • VPD – Transferências e Delegações Concedidas	29
Nota 19 • VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	30
BALANÇO FINANCEIRO (BF)	31
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO	32
Nota 20 • Restos a Pagar (inscritos e pagos)	32
Nota 21 • Saldo para o Exercício Seguinte	32
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	33
NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	34
Nota 22 • Geração Líquida Caixa e Equivalente de Caixa	34
NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	34
UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS ATIVAS DA CGU	36

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da União
CP	Curto Prazo
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DGI	Diretoria de Gestão Interna
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
Funpresp	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
TED	Termo de Execução Descentralizada
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 1 • Bens Móveis	13
Tabela 2 • Bens Imóveis	14
Tabela 3 • Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência a Pagar – CP.....	15
Tabela 4 • Relação de Credores (UG 370003).....	16
Tabela 5 • Resultado Acumulado.....	16
Tabela 6 • Atos Potenciais Ativos.....	17
Tabela 7 • Atos Potenciais Passivos.....	17
Tabela 8 • Execução da Despesa Orçamentária (Despesa Empenhada por Grupo de Despesa).....	20
Tabela 9 • Outras Despesas Correntes.....	22
Tabela 10 • Investimentos.....	23
Tabela 11 • Transferências e Delegações Recebidas	27
Tabela 12 • Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	27
Tabela 13 • Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	28
Tabela 14 • Pessoal e Encargos	29
Tabela 15 • Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30
Tabela 16 • Transferências e Delegações Concedidas.....	30
Tabela 17 • Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	31

GRÁFICOS

Gráfico 1 • Saldo de Caixa e Equivalência de Caixa por UG.....	11
Gráfico 2 • Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	11
Gráfico 3 • Créditos a Longo Prazo (Lei nº 12.846, de 01/8/2013).....	12
Gráfico 4 • Depreciação Acumulada (detalhamento)	14
Gráfico 5 • Bens Intangíveis	15
Gráfico 6 • Contas Referentes ao Acordo de Leniência (Lei nº 12.846, de 01/8/2013)	16
Gráfico 7 • Dotação Orçamentária - 2020.....	20
Gráfico 8 • Execução Total da Despesa	21
Gráfico 9 • Execução de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) - 2020	24
Gráfico 10 • Execução de RPP - 2020.....	24

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O Serviço de Contabilidade - SECON, de acordo com a Portaria nº 3.553, de 13/11/2019, compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGCOF da Diretoria de Gestão Interna da Controladoria-Geral da União-CGU, e conforme o artigo 17, inciso V, exerce a competência de Setorial Contábil de Órgão Superior deste Ministério.

O escopo desta declaração é a conformidade das demonstrações contábeis, realizada pela SECON, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da CGU são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do ministério e o resultado do exercício.
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Demonstração do Fluxo de Caixa – identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro) e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

No exercício de 2020 tivemos vários avanços que irão melhorar a qualidade das informações contábeis da CGU, dentre elas destacamos as seguintes:

Com o apoio das unidades da CGU (SFC, SCC) e da STN, foi possível estabelecer os procedimentos para o reconhecimento contábil dos créditos advindos dos Acordos de Leniência, assim como no atendimento do Acórdão TCU 4.055/2020, que menciona a ausência da contabilização da estimativa da arrecadação a curto e a longo prazo dos respectivos créditos.

Foram realizadas várias tratativas junto ao setor de patrimônio da CGU (CGLPE/COASP), que redundou na produção de orientações, já em etapa final, às Unidades Central e Regionais do Órgão, buscando o alcance dos objetivos do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP), aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dá continuidade ao processo de convergência da CASP aos padrões internacionais, especificamente quanto ao processo de avaliação de Bens Móveis, Imóveis, Intangível.

Cadastramento ao Comprasnet Contratos 4.0, que possibilitará melhorias à produção de relatórios gerenciais da SECON e subsídios às informações em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Ressalva

Em que pese os avanços, referentes ao controle patrimonial, até a presente declaração, os trabalhos relativos ao Relatório de Inventário Patrimonial Analítico, exercício de 2020, não haviam sido concluídos no Órgão Central e em algumas Regionais, conforme detalhado em Notas Explicativas.

Verificou-se ainda, a intempestividade nos ajustes contábeis, em relação aos bens não localizados, verificados em processo de inventário anual do exercício de 2019.

Tal situação impossibilitou o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio consolidado da CGU, assim como a identificação das divergências e ajustes necessários para que o Balanço Patrimonial possa refletir, com fidedignidade, os bens da CGU com os dados registrados nos sistemas SIADS e SIAFI.

Declaração

De acordo com a análise realizada, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2020, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Controladoria-Geral da União, exceto no tocante à ressalva apontada.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2021

AIRSON DE ARAUJO SOUZA

CRC nº GO-016070/O

Contador Responsável

APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, que tem como responsabilidade a realização de atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Na qualidade de Órgão Central, o ministério exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição e o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, conforme art. 1º do Decreto 9.681/2019, prestando a orientação normativa necessária.

A Diretoria de Gestão Interna – DGI, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis da CGU, as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Tais demonstrativos foram extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na data-base de 31/12/2020.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), a publicação do mesmo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato desta CGU não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Ante orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, as análises foram realizadas comparando-se os dados dos demonstrativos trimestrais do exercício de 2020 com os dados dos demonstrativos do último trimestre do exercício anterior (2019), exceto quanto às Demonstração das Variações Patrimoniais, que compara os dados dos demonstrativos atuais com os do mesmo período do exercício anterior.

Destaca-se que a CGU tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por este ministério.

As Unidades Gestoras que compõem a CGU são responsáveis por administrar e executar as dotações orçamentárias, financeiras e patrimoniais no sistema SIAFI, com o fim de registrar todos os seus atos e fatos administrativos.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis da CGU, relativas ao quarto trimestre de 2020, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas (NE).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) da CGU evidencia os ativos, os passivos e o Patrimônio Líquido, e sua evolução em 2020 em relação a 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - 4º TRIMESTRE – 2020

ATIVO	NE	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		371.513.669	139.366.888	PASSIVO CIRCULANTE		144.109.165	126.669.952
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	68.747.117	76.799.527	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6	128.323.989	113.238.556
Créditos a Curto Prazo			-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7	44.559	381
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	302.712.481	62.479.425	Demais Obrigações a Curto Prazo		15.740.617	13.431.015
Estoques		54.072	87.937				
VPDs Pagas Antecipadamente							
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.329.085.423	142.601.905	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.167.751.121	-				
Créditos a Longo Prazo	3	4.167.751.121					
Investimentos		-	-				
Imobilizado	4	144.264.077	128.343.015	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		144.109.165	66.145.243
Bens Móveis		33.202.306	31.674.843	Ajustes de Avaliação Patrimonial		73.479	73.479
Bens Móveis		75.265.232	69.373.290	Resultados Acumulados	8	4.556.416.448	155.225.363
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-42.062.926	-37.698.447	Resultado do Exercício		4.403.319.952	15.976.972
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores		155.225.363	139.925.716
Bens Imóveis		111.061.771	96.668.173	Ajustes de Exercícios Anteriores		-2.128.866	-677.325
Bens Imóveis		113.324.011	98.922.919	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.556.489.927	155.298.842
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-2.262.241	-2.254.746				
Intangível	5	17.070.225	14.258.890				
Softwares		17.070.225	14.258.890				
Softwares		17.767.943	14.956.607				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-697.717	-697.717				
TOTAL DO ATIVO		4.700.599.092	281.968.793				281.968.793

Fonte: SIAFI

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

R\$

	2020	2019
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	68.747.117	76.799.527
Ativo Permanente	4.631.851.975	205.169.266
Total do Ativo	4.700.599.092	281.968.793
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	109.901.871	114.161.541
Passivo Permanente	77.469.266	57.382.980
Total do Passivo	187.371.137	171.544.522
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	4.513.227.955	110.424.272

Fonte: SIAFI

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

R\$

	NE	2020	2019
Execução dos Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		19.143.545	15.340.309
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		12.552.401	13.369.327
Direitos Contratuais a Executar		238.008	238.008
Total dos Atos Potenciais Ativos	9	31.933.954	28.947.643
Execução dos Atos Potenciais Passivos			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		6.847.730	10.912.332
Obrigações Contratuais a Executar		130.996.210	87.393.773
Total dos Atos Potenciais Passivos	10	137.843.940	98.306.105

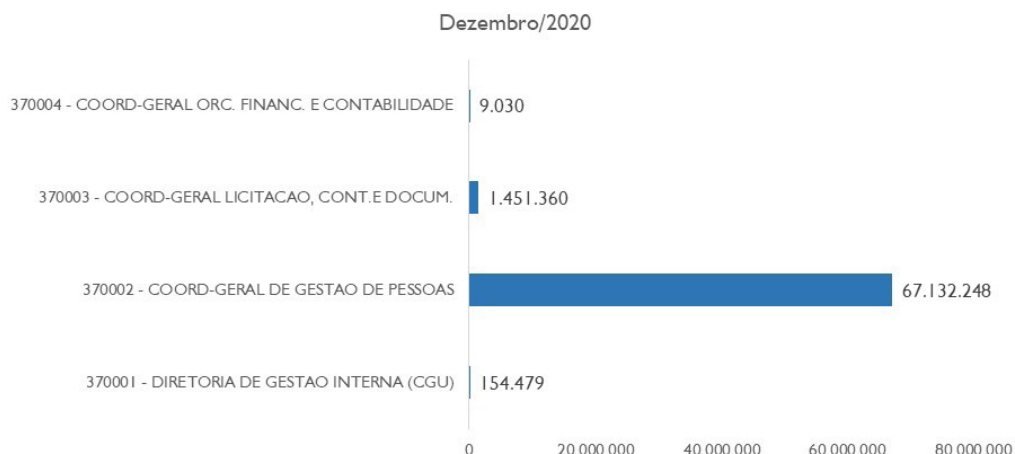
Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA I • CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalência de Caixa é composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras da CGU, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979.

GRÁFICO I • SALDO DE CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA POR UG



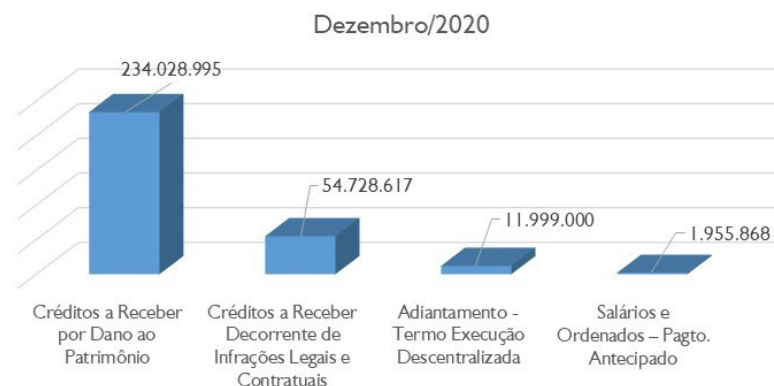
Fonte: SIAFI

Da tabela acima, depreende-se que o maior volume de recursos está concentrado na UG 370002, responsável pelo pagamento de Pessoal. O saldo expressivo se deve à liberação dos recursos da folha, sempre no último dia do mês, ou seja, no dia útil anterior à data de pagamento, oportunidade em que é gerada a Ordem de Pagamento, contabilizando recursos financeiros na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagto - Ordem Pagto – OFSS, até a assinatura dos gestores com a geração da Ordem Bancária no dia útil seguinte.

NOTA 2 • DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo (com expectativa de recebimento até o encerramento do exercício de 2021), além daquelas constantes na conta “Créditos a Curto Prazo”.

GRÁFICO 2 • DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO



Fonte: SIAFI

Conforme tabela anterior, observa-se que os montantes mais expressivos dentre os demais créditos e valores a curto prazo estão concentrados nas rubricas “Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio”, “Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais” e “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada”.

O valor da rubrica “Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio”, na ordem de R\$ 234.028.995, refere-se ao reconhecimento contábil, em atenção ao Acórdão nº 4.055/2020 – TCU - Plenário que determina a contabilização da estimativa da arrecadação da receita decorrente dos acordos de leniência, e suas multas, firmados pela União.

A Lei nº 12.846, de 01/8/2013 (Lei Anticorrupção), dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, definindo no seu art. 16, § 10, que a CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal.

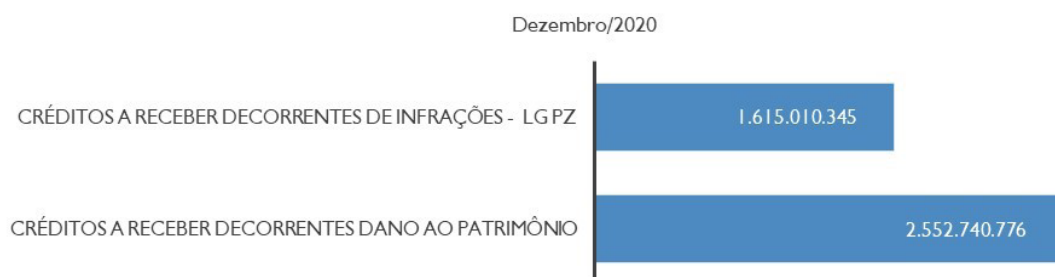
Também são reconhecidos no âmbito dos acordos de leniência os “Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais”, no montante de R\$ 54.728.617.

A rubrica “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada” tem em sua composição valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências para outras unidades por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, os quais estão vigentes e adimplentes, aguardando o término da vigência para, mediante prestação de contas, efetuar-se os registros de baixa e conclusão no SIAFI.

NOTA 3 • CRÉDITOS A LONGO PRAZO

O montante de “Créditos a Longo Prazo”, na ordem de R\$ 4.167.751.421, refere-se ao reconhecimento contábil dos valores a receber a longo prazo (no exercício de 2022 em diante) em virtude dos acordos de leniência, com a seguinte discriminação:

GRÁFICO 3 • CRÉDITOS A LONGO PRAZO (LEI Nº 12.846, DE 01/8/2013)



A rubrica “Cred. a Rec. Decorrentes Dano ao Patrimônio” é referente ao ressarcimento de valores aos cofres públicos e a rubrica “Créditos a Rec. Decorrentes de Infração – LG PZ” decorre de infrações legais e contratuais.

NOTA 4 • IMOBILIZADO

O Imobilizado da CGU é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da Controladoria-Geral da União – (CGU) estão distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir:

TABELA I • BENS MÓVEIS

R\$

Bens Móveis (Saldo Contábil)				
Bens Móveis	DEZ/20	DEZ/19	AH	AV
Máquinas, Ap. Equip. Ferramentas	7.053.741	6.974.217	1%	9%
Bens de Informática	39.556.129	37.450.567	6%	53%
Móveis e Utensílios	14.575.060	13.146.567	11%	19%
Material Cult., Educ. e Comunicação	1.341.274	1.245.833	8%	2%
Veículos	10.919.874	8.569.390	27%	15%
Bens Móveis em Almoarifado	157.507	2.230	6963%	0%
Demais Bens Móveis	1.661.647	1.984.486	-16%	2%
Valor Bruto Contábil dos bens	75.265.232	69.373.290	8%	100%
Depreciação Acumulada	-42.062.926	-37.698.447	12%	-56%
Valor Contábil Líquido	33.202.306	31.674.843	5%	44%

Fonte: SIAFI

O valor contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens em dezembro de 2020, no montante de R\$ 32.202.306, ou seja, do valor bruto de R\$ 75.265.232 o órgão apresenta uma depreciação de 56% de seu Imobilizado registrado na rubrica de “Bens Móveis”.

O item com a variação mais expressiva foi o de Bens Móveis em Almoarifado com um acréscimo de 6.963%. Trata-se da conta de Estoque Interno, na qual os bens permanentes entram e depois são baixados pela requisição pelo patrimônio. Foram adquiridos automóveis, sistemas de controle de acesso por biometria, kits de microfones, televisores e *access points*.

Todavia, os saldos das contas que compõem esse subgrupo não foram inventariados no Exercício de 2020, estando ainda em fase de conclusão pelas Unidades Gestoras Executoras 370003, 370009, 370010, 370017, 370019, 370020, 370021, 370022, 370024, 370025, 370029 e 370031, o que impactou o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio da CGU.

Além disso, observou-se a intempestividade nos ajustes contábeis no SIAFI dos bens não localizados, referentes à Unidade Sede da CGU, evidenciados em Relatório de Inventário de 2019.

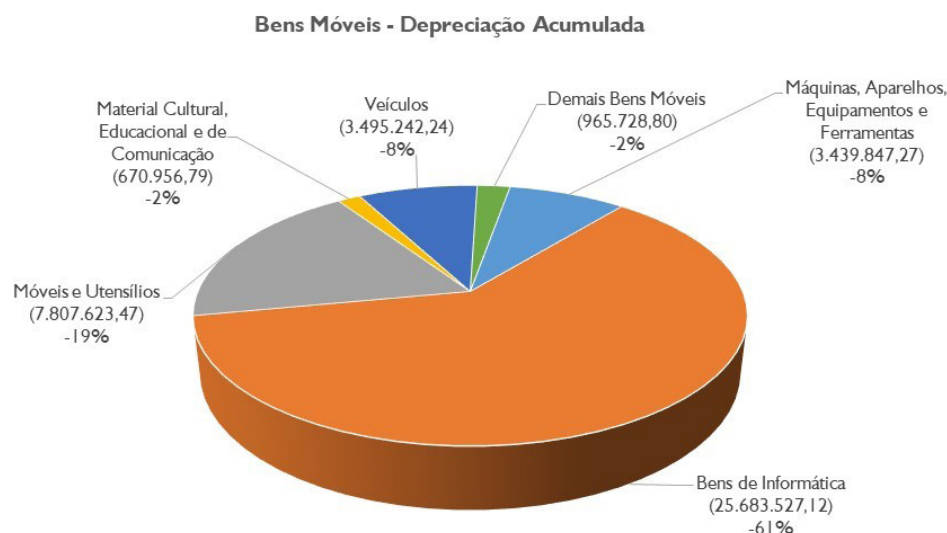
Quanto à ausência de inventário tempestivo e com vistas a uma gestão eficiente dos bens móveis, imóveis e intangíveis da CGU, segundo informações do setor de patrimônio, deu-se início à criação de uma norma patrimonial que está em fase de apreciação pela Coordenação-Geral de Elaboração de Atos Normativos (CENOR), que será um dos instrumentos legais para orientação dos detentores e gestores de bens, visando à uniformização dos procedimentos tanto no Órgão Central quanto nas Superintendências Regionais.

Já em relação aos registros de bens não localizados, para o corrente exercício, evidenciou-se (em janeiro de 2021) que estão em curso os lançamentos contábeis na UG 370003 daqueles bens não localizados mencionados no Relatório de Inventário de 2019, que remonta aos bens não localizados já identificados em relatórios anteriores de inventário.

Cabe ressaltar que a Setorial de Contabilidade da CGU vem envidando esforços junto ao setor de patrimônio para cumprir todas as disposições contidas no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dá continuidade ao processo de convergência da CASP aos padrões internacionais.

Quanto à depreciação acumulada dos bens, em dez/2020, tem-se a seguinte representação gráfica, com destaque para a depreciação de 61% dos bens de informática:

GRÁFICO 4 • DEPRECIÇÃO ACUMULADA (DETALHAMENTO)



Bens Imóveis

Na tabela seguinte é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis referente ao encerramento dos exercícios de 2019 e 2020:

TABELA 2 • BENS IMÓVEIS

R\$

Bens Imóveis – Composição e Saldo Contábil				
	DEZ/20	DEZ/19	AH	AV
Bens de Uso Especial	110.590.127	96.316.368	15%	98%
Bens Imóveis em Andamento	87.001	87.001	0%	0%
Instalações	2.646.883	2.519.550	5%	2%
Saldo Contábil Bruto	113.324.011	98.922.919	100%	100%
Depreciação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis	-2.262.241	-2.254.746	0%	2%
Saldo Contábil Líquido	111.061.771	96.668.173	15%	99%

Fonte: SIAFI

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis do Órgão, localizados em Brasília ou em suas unidades regionais nos estados.

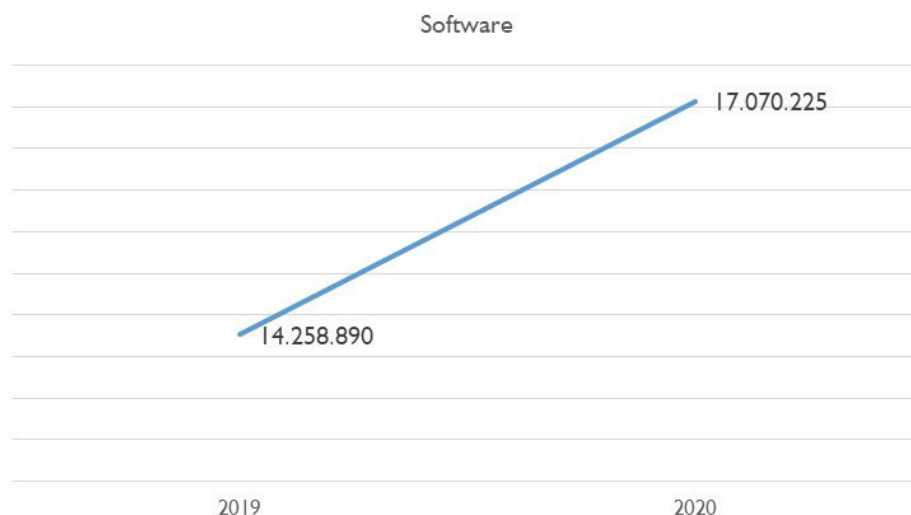
O saldo contábil líquido demonstra o valor atualizado dos imóveis em dezembro de 2020, no montante de R\$ 111.061.771, após a depreciação, uma redução pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, em 2%, em relação ao saldo contábil bruto de R\$ 113.324.011.

Da tabela acima depreende-se que houve um acréscimo de 15% em relação ao exercício anterior, ocasionado predominantemente pelo registro da reavaliação dos bens de uso Especial da Unidade da Sede da CGU, cujo acréscimo foi no valor de R\$ 16.418.690, relativos a Conta Contábil de Edifícios, gerenciado no âmbito do Sistema de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

NOTA 5 • INTANGÍVEL

A tabela seguinte demonstra a composição dos bens intangíveis do Ministério e respectivos saldos contábeis.

GRÁFICO 5 • BENS INTANGÍVEIS



Comparado ao exercício de 2019, depreende-se que houve um acréscimo de 20% ou 2,8 milhões em 2020 na rubrica “Software”, o que ocorreu, principalmente, devido à contratação para o desenvolvimento de software na Unidade Sede da CGU, no valor de R\$ 2.303.968.

NOTA 6 • OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – CURTO PRAZO (CP)

A tabela seguinte demonstra a composição da rubrica “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”.

TABELA 3 • OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA A PAGAR – CP

R\$

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (Curto Prazo)			
	DEZ/20	DEZ/19	AH
Salários, Remunerações e Benefícios	56.962.142	60.600.319	-6%
Décimo Terceiro Salário a Pagar	16.017.482	39.578.894	-60%
Férias a Pagar	52.940.997	12.155.136	336%
Total	125.920.621	112.334.349	12%

Fonte: SIAFI

A rubrica de “Décimo Terceiro Salário a Pagar” teve uma redução de 60% em relação ao mesmo período no exercício de 2019. Tal redução ocorreu por ajuste efetuado conforme preconiza a Macrofunção 02.11.42 do Manual SIAFI que trata da Folha de Pagamento, mais especificamente o item 4.2.2.4, relativo ao confronto do saldo entre a conta de 13º Salário – Adiantamento e a conta de Décimo Terceiro Salário a Pagar, de forma que não haja saldos de adiantamento e de passivos decorrentes de 13º superavaliados.

A rubrica “Férias a Pagar” teve um aumento expressivo de 336% devido à inclusão da provisão de férias relativas à folha de pagamento do mês dezembro/2020.

NOTA 7 • FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Em 31/12/2020, o órgão 37000 – Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou um saldo de R\$ 44.659,34, relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar de obrigações no curto prazo.

A UG que apresentou movimentação foi a 370003, por ser a responsável pela execução financeira do órgão. A seguir, apresentamos a relação dos maiores credores de curto prazo até o encerramento do exercício de 2020.

TABELA 4 • RELAÇÃO DE CREDORES (UG 370003)

Relação de Credores (UG 370003)		
Fornecedor	DEZ/20	AV
R 7 Facilities - Serviços de Engenharia Eireli	34.529	77%
Calevi Mineradora e Comércio LTDA	10.030	23%
TOTAL	44.559	100%

Fonte: SIAFI

Os saldos constantes da Tabela 8 se referem às apropriações de passivos referentes às despesas com prestação de serviços de secretariado e fornecimento de água mineral.

NOTA 8 • RESULTADOS ACUMULADOS

O grupo de contas “Resultados Acumulados” compreende as seguintes rubricas:

TABELA 5 • RESULTADO ACUMULADO

R\$

Resultados Acumulados				
	DEZ/20	DEZ/19	AH	AV
Resultado do Exercício	4.403.319.952	15.976.972	27460%	97%
Resultados Exerc. Anteriores	155.225.363	139.925.716	11%	3%
Ajustes Exercícios Anteriores	-2.128.866	-677.325	214%	0%
Total do Patrimônio Líquido	4.556.416.448	155.225.363	2835,36%	100%

Fonte: SIAFI

Do grupo, destaca-se o “Resultado do Exercício” que teve um acréscimo expressivo de 27.460%, provocado principalmente pelo reconhecimento no ativo da CGU dos valores decorrentes dos acordos de leniência, conforme descrição da tabela 10 seguinte:

GRÁFICO 6 • CONTAS REFERENTES AO ACORDO DE LENIÊNCIA (LEI Nº 12.846, DE 01/8/2013)



NOTA 9 • ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os Atos Potenciais Ativos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Na tabela seguinte, tem-se a distribuição dos saldos dos atos potenciais ativos por UG, referentes a dezembro de 2020 e a dezembro de 2019, tendo sua maior concentração na UG 370003, unidade responsável pela execução orçamentária e financeira do órgão.

TABELA 6 • ATOS POTENCIAIS ATIVOS

R\$

Atos Potenciais Ativos				
Unidade Gestora	DEZ/20	DEZ/19	AH(%)	AV(%)
370001 - DIRETORIA DE GESTAO INTERNA (CGU)	8.252.553	7.164.824	15%	26%
370002 - COORD-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	-	2.250		0%
370003 - COORD-GERAL LICITACAO, CONTE DOC.	23.108.368	21.107.301	9%	72%
370004 - COORD-GERAL DE ORÇAM., FINANC. CONT.	27.323			
370007 - PROPREVINE	307.703	435.261	-29%	1%
370009 - CGU/REGIONAL/AC	235.495	235.495	0%	1%
370016 - CGU/REGIONAL/GO	2.513	2.513	0%	0%
Total de Atos Potenciais Ativos	31.933.954	28.947.643		100%

Fonte: SIAFI

O acréscimo de 9% observado na UG 370003, deve-se às Garantias e Contragarantias recebidas durante o exercício de 2020, tais como Seguros-Garantia a Executar e Caução a Executar.

NOTA 10 • ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Na tabela seguinte, tem-se os saldos dos atos potenciais passivos por UG, referentes a dezembro de 2020 e a dezembro de 2019. Verifica-se que a maior parte, 92% das garantias, estão concentradas na UG 370003, unidade responsável pela execução orçamentária e financeira do Ministério e tratam do registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração participa como contratante ou de convênios firmados com outras entidades.

TABELA 7 • ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

R\$

Atos Potenciais Passivos			
Unidade Gestora	DEZ/20	DEZ/19	AV(%)
370001 - DIRETORIA DE GESTAO INTERNA (CGU)	5.436.970	4.221.464	4%
370002 - COORD-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	75.092	75.092	0%
370003 - COORD-GERAL LICITACAO, CONTE DOC.	126.975.987	89.935.944	92%
370004 - COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONT.	4.817.386	1.984.942	3%
370007 - PROPREVINE	538.505	2.088.663	0%
Total de Atos Potenciais Passivos	137.843.940	98.306.105	100%

Fonte: SIAFI

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário da CGU demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – QUADRO PRINCIPAL - DEZEMBRO – 2020

RECEITA						R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES						
Outras Receitas Correntes						
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos						
RECEITAS DE CAPITAL						
Operações de Crédito						
Operações de Crédito - Mercado Externo						
SUBTOTAL DE RECEITAS						
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO						
DEFICIT				-1.141.061.843	-1.141.061.843	
TOTAL				-1.141.061.843	-1.141.061.843	

DESPESA

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	II	966.228.635	1.129.456.732	1.121.441.225	1.096.886.807	1.030.877.519	8.015.507
Pessoal e Encargos Sociais		897.168.744	1.023.261.719	1.016.345.187	1.010.473.641	946.274.730	6.916.532
Outras Despesas Correntes		69.059.891	106.195.013	105.096.038	86.413.166	84.602.789	1.098.975
DESPESAS DE CAPITAL	II	14.482.039	19.709.525	19.620.618	3.346.831	3.346.831	88.907
Investimentos		14.482.039	19.709.525	19.620.618	3.346.831	3.346.831	88.907
TOTAL DAS DESPESAS		980.710.674	1.149.166.257	1.141.061.843	1.100.233.638	1.034.224.350	8.104.414

ANEXO I • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18.556.787	22.314.697	15.017.911	15.014.354	23.243.941	2.613.189
Pessoal e Encargos Sociais	15.919.868	1.243.541	1.039.709	1.039.709	15.952.575	171.126
Outras Despesas Correntes	2.636.918	21.071.156	13.978.202	13.974.645	7.291.367	2.442.063
DESPESAS DE CAPITAL	185.573	9.186.859	8.026.128	8.025.638	478.301	868.492
Investimentos	185.573	9.186.859	8.026.128	8.025.638	478.301	868.492
TOTAL	18.742.359	31.501.556	23.044.039	23.039.992	23.722.242	3.481.681

Fonte: SIAFI

ANEXO II • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		136.949	68.916.430	68.802.746	97.614	153.018
Pessoal e Encargos Sociais		83.393	67.094.393	67.033.278	72.108	72.399
Outras Despesas Correntes		53.556	1.822.037	1.769.468	25.506	80.618
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-	-
TOTAL	II	136.949	68.916.430	68.802.746	97.614	153.018

Fonte: SIAFI

A execução orçamentária da CGU se deu especificamente em relação às despesas públicas, tendo em vista que este Ministério não arrecada recursos próprios e integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Portanto, a previsão e a arrecadação da receita são efetuadas no âmbito do Ministério da Economia, sendo os recursos descentralizados à CGU por meio de Transferência Financeira (cotas) pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

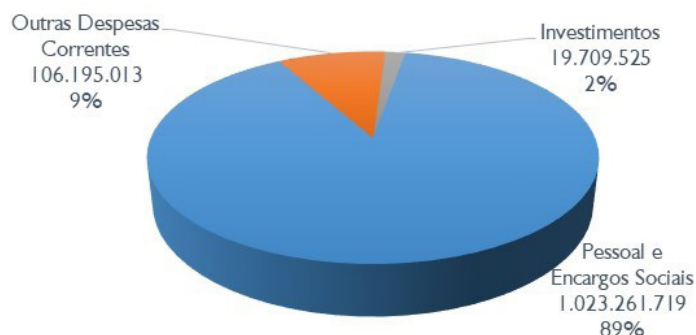
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 11 • DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (CORRENTE E DE CAPITAL)

Dotação Orçamentária

Para o exercício financeiro de 2020, a CGU contou com uma dotação orçamentária atualizada de R\$ 1.149.166.257, distribuída nos seguintes grupos de despesas:

GRÁFICO 7 • DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2020



Fonte: SIAFI

Execução Orçamentária

Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária realizada no exercício, percebe-se, na tabela 14 a seguir, que no exercício financeiro de 2020 foram executados (empenhados) 99% do orçamento atualizado para o exercício, restando um saldo orçamentário de R\$ 8.404.414.

TABELA 8 • EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA (DESPESA EMPENHADA POR GRUPO DE DESPESA)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	AH	SALDO DA DOTAÇÃO
Pessoal e Encargos Sociais	1.023.261.719	1.016.345.187	99%	6.916.532
Outras Despesas Correntes	106.195.013	105.096.038	99%	1.098.975
Investimentos	19.709.525	19.620.618	100%	88.907
TOTAL DAS DESPESAS	1.149.166.257	1.141.061.843	99%	8.104.414

Fonte: SIAFI

Do montante executado de R\$ 1.141.061.843, tem-se a seguinte distribuição por grupo de despesa:

GRÁFICO 8 • EXECUÇÃO TOTAL DA DESPESA



Fonte: SIAFI

b.1) Pessoal e Encargos:

Observa-se, no gráfico 8, que a maior parte das despesas correntes é referente ao grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” com 89% do total executado, “Outras Despesas Correntes” com 9% e “Investimentos” com 2% de execução.

b.2) Outras Despesas Correntes:

Cabe destacar que no grupo “Outras Despesas Correntes”, tem-se como itens de maior gasto a despesa com “Locação de mão-de-obra”, conforme demonstra a tabela 15.

TABELA 9 • OUTRAS DESPESAS CORRENTES

R\$				
Frq.	Elemento Despesa	Despesas Empenhadas	AV (%)	Frq. Acum (%)
1	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	26.146.524	25%	25%
2	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.818.189	25%	49%
3	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	25.125.739	24%	73%
4	AUXILIO-ALIMENTACAO	10.218.005	10%	83%
5	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.517.127	6%	89%
6	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.153.038	3%	92%
7	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.491.771	1%	94%
8	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.252.937	1%	95%
9	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	906.546	1%	96%
10	MATERIAL DE CONSUMO	856.505	1%	97%
11	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	841.429	1%	97%
12	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	607.032	1%	98%
13	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	568.457	1%	98%
14	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	515.397	0%	99%
15	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	342.999	0%	99%
16	CONTRIBUICOES	310.500	0%	100%
17	CONTRIBUICOES	205.422	0%	100%
18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	151.833	0%	100%
19	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	33.400	0%	100%
20	AUXILIO-TRANSPORTE	22.471	0%	100%
21	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-ORINTRA-ORCAMENTARIAS	7.760	0%	100%
22	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP E OUTR.	2.955	0%	100%
Total		105.096.038	100%	

Fonte: SIAFI

Observa-se que, dos 22 itens de gastos, os 8 primeiros correspondem a 95% de toda a execução.

b.3) Despesas de Capital

A execução com despesas de capital ficou a cargo do grupo “Investimentos”, no total de R\$ 19.620.618, o que correspondeu a 2% do total da despesa executada no exercício. Entretanto, comparado ao orçamento de despesas discricionárias, corresponde a 18% da despesa empenhada.

A tabela 15, a seguir, demonstra os principais gastos com investimentos no exercício, com destaque para “Desenvolvimento de Software”, “Material de TIC” e “Equipamentos de TIC – Computadores”, que correspondem a 16%, 37% e 23%, respectivamente, do total dos gastos com investimentos.

TABELA 10 • INVESTIMENTOS

Elemento de Despesa	Subelemento de Despesa	Despesas Empenhadas	AV
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	3.140.207	16%
	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	788.920	4%
OBRAS E INSTALACOES	ESTUDOS E PROJETOS	84.515	0%
	OBRAS EM ANDAMENTO	320.945	2%
	INSTALACOES	134.995	1%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AERONAVES (Drones)	260.376	1%
	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	12.738	0%
	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	4.000	0%
	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	232.151	1%
	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	7.631	0%
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	0	0%
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	179.959	1%
	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	312.901	2%
	MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1.785	0%
	MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	7.336.586	37%
	MÁQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	17.370	0%
	EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	4.581.689	23%
	MOBILIARIO EM GERAL	935.340	5%
	EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE	911.740	5%
	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	0	0%
	EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	6.688	0%
	VEICULOS DIVERSOS	256	0%
	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	9.160	0%
	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	336.800	2%
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	3.865	0%	
		19.620.618	100%

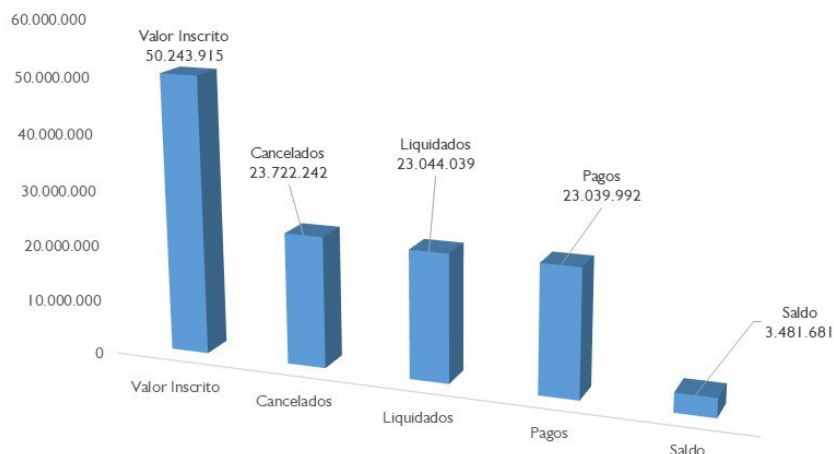
Fonte: SIAFI

NOTA 12 • EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS)

Execução de Restos a Pagar Não Processados

No gráfico 4 seguinte, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), executados no exercício de 2020.

GRÁFICO 9 • EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP) - 2020



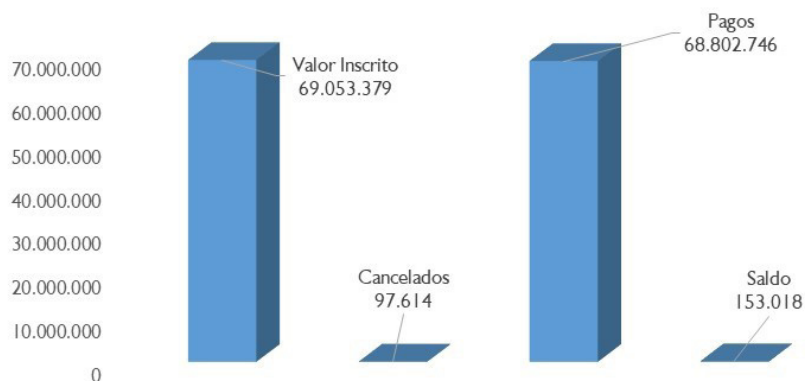
Fonte: SIAFI

Verifica-se que foram liquidados R\$ 23.044.039 de RPNP inscritos, correspondendo a 46% de um montante inscrito de R\$ 50.243.915, sendo pagos R\$ 23.039.992 e cancelados R\$ 23.722.242. Com isso, permanece um saldo de R\$ 3.481.681 de RPNP inscritos em exercícios anteriores ao exercício de 2020.

(b) Execução de Restos a Pagar Processados

No gráfico a seguir, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Processados (RPP) executados no exercício de 2020.

GRÁFICO 10 • EXECUÇÃO DE RPP - 2020



Fonte: SIAFI

Verifica-se que foram pagos R\$ 68.802.746 de RPP inscritos, correspondendo a 99,6% de um montante inscrito de R\$ 69.053.379, sendo cancelados R\$ 97.614. Esses cancelamentos foram ocasionados por erros de apropriação, em exercícios anteriores, na folha de pagamento da CGU. Com isso, permaneceu um saldo de R\$ 153.018 de RPP inscritos em exercícios anteriores a 2020.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da CGU evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período foi apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2020

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	dez/20	dez/19	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	dez/20	dez/19
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos				Pessoal e Encargos	15	847.957.551	776.868.700
Transferências e Delegações Recebidas	12	1.086.621.431	1.068.388.731	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16	246.827.113	230.066.972
Transferências Intragovernamentais		1.086.602.228	1.067.455.719	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		58.244.306	59.963.467
Outras Transferências e Delegações Recebidas		19.202	933.012	Transferências e Delegações Concedidas	17	313.168.086	421.792.550
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13	18.888.577	18.317.064	Transferências Intragovernamentais		302.460.394	420.321.807
Reavaliação de Ativos		18.366.608	7.079.459	Transferências Intergovernamentais		8.421.455	1.187.000
Ganhos com Incorporação de Ativos		219.785	11.237.492	Transferências a Instituições Privadas		7.500	5.000
				Transferência ao Exterior		310.333	242.612
Ganhos com Desincorporação de Passivos		302.184	112	Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.968.404	36.131
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	14	4.766.945.931	420.753.479	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	18	2.446.892	2.561.705
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.766.945.931	420.753.479	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		600.629	79.569
				Perdas Involuntárias		373.008	1.370.304
				Incorporação de Passivos		1.473.239	
				Desincorporação de Ativos		16	1.111.833
				Tributárias		12.300	21.118
				Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		479.738	207.789
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		5.872.455.938	1.507.459.273	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		1.469.135.987	1.491.482.301
				RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		4.403.319.952	15.976.972

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 13 • VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Na tabela seguinte estão discriminados os itens da rubrica transferências e Delegação Recebidas pela CGU.

TABELA 11 • TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

R\$

Transferências e Delegação Recebidas			
	DEZ/20	DEZ/19	AV(%)
Transf. Fin. Rec. Tesouro Nac. (cota)	1.111.582.564	1.094.043.645	100%
Demais Transferências Recebidas	64.086	29.279	0%
TOTAL	1.111.646.650	1.094.072.923	100%

Fonte: SIAFI

Neste grupo, o item de maior destaque, com quase 100%, foi o de Transferências e Delegações Recebidas (cota), que tem como função o registro dos valores dos recursos recebidos pelo Órgão decorrente de programação financeira correspondente ao orçamento anual e aos restos a pagar inscritos.

NOTA 14 • VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

TABELA 12 • VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
	DEZ/20	DEZ/19	AH(%)
Reavaliação de Ativos	18.366.608	7.079.459	159%
Ganhos com Incorporação de Ativos	219.785	11.237.492	-98%
Ganhos com desincorporação de passivos	302.184	112	269466%
TOTAL	18.888.577	18.317.064	3%

Fonte: SIAFI

Conforme tabela anterior, constatou-se um aumento expressivo de 159% na rubrica de “Reavaliação de Ativos”. Tal incremento foi decorrente de reavaliação de imóveis realizada no mês de dezembro em imóveis do Órgão Central e da Regional da Controladoria-Geral da União no Estado do Amapá.

NOTA 15 • VPA – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas, não incluídas nos grupos anteriores.

O quadro seguinte discrimina os elementos do item “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”.

TABELA 13 • OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

R\$

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas				
	DEZ/20	DEZ/19	AH	AV
Multas administrativas	1.765.878.906	79.835.501	2112%	37%
Indenizações	2.786.769.771			
Restituições	214.296.351	340.910.964	-37%	4%
VPA decorrente de fatores geradores diversos	903	7.014		
TOTAL	4.766.945.931	420.753.479	1033%	100%

Fonte: SIAFI

A rubrica “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” apresentou um acréscimo de R\$ 4,34 bilhões (1.033%) em comparação com o mesmo trimestre do exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela 18. O acréscimo foi proveniente dos registros de reconhecimento de créditos de restituições e multas referentes a acordos de leniência.

A Lei nº 12.846/2013, de 01/08/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, representa importante avanço ao prever a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Conforme previsto nessa Lei, a CGU detém competência exclusiva, no Poder Executivo Federal, para celebrar acordos de leniência com empresas investigadas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública. Por meio da Portaria Interministerial da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União nº 2.278/2016, de 15/12/2016, foram definidos os procedimentos para a celebração dos acordos de que tratam a Lei Anticorrupção.

Cabe destacar que os valores levantados por meio desses acordos (créditos de restituições e multas) não compõem o orçamento da CGU, sendo, no momento de sua contabilização, ingressados na Conta Única do Tesouro Nacional.

No exercício de 2020, de acordo com consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, houve o ingresso de, aproximadamente, R\$ 310 milhões de reais nos cofres do Tesouro Nacional decorrentes desses acordos.

TABELA 14 • PESSOAL E ENCARGOS

R\$

Pessoal e Encargos - Composição				
	DEZ/20	DEZ/19	AH	AV
Vencimentos e Salários	545.390.776	545.233.864	0%	64%
Contribuição Patronal para o RPPS	102.050.979	97.258.018	5%	12%
Férias - RPPS	58.077.201	20.024.134	190%	7%
13º Salário - RPPS	50.946.029	47.109.490	8%	6%
Gratificações	27.806.820	27.483.777	1%	3%
Encargos Pessoal Requisitado de outros órgãos	19.732.489			
Complementação de Previdência	11.587.525	10.881.032	6%	1%
Auxílio Alimentação	10.207.148	10.566.024	-3%	1%
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	6.174.512	4.482.069		
Férias - RGPS	5.309.230	8.935	59319%	1%
Abonos	5.114.170	4.262.354		
Pessoal Requisitado de Outros Entes	1.719.800	1.552.109		
Sentenças Judiciais - Pessoal Ativo RPPS	1.147.012	211.828		
Auxílio Creche	946.662	1.009.407		
Outros benefícios a pessoal - RPPS	684.109	5.069		
Auxílio Moradia - RPPS	592.844	517.715		
Ajuda de custo	295.112	629.131		
Contribuições Previdenciárias - INSS	76.455	63.367	21%	0%
13o Salário - RGPS	28.370	23.275	22%	0%
Demais Despesas	70.307	5.547.102	-99%	0%
TOTAL	847.957.551	776.868.700	9%	100%

Fonte: SIAFI

A Tabela 14 mostra que a variação mais expressiva ocorreu no elemento de despesa “Férias - RPPS”, no percentual de 59.319%, devido ao grande número de servidores que optou pelo gozo das férias refletindo financeiramente no mês de dezembro/2020. A rubrica “Assistência à Saúde” não apresentou valor devido a uma mudança de contabilização orientada pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual alterou a conta contábil de registro conforme orientação do TCU. Os valores foram lançados no grupo de Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

Do mesmo modo, convém destacar que a maioria das despesas com Pessoal e Encargos são provenientes de “Vencimentos e Salários”, perfazendo 64% de todo o valor gasto com Pessoal e Encargos.

NOTA 17 • VPD – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

Os servidores têm direito a diversos benefícios e auxílios que são pagos juntamente com a remuneração mensal, apropriados na folha de pagamento do órgão e registrados na rubrica “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”.

TABELA 15 • BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

R\$

Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
	DEZ/20	DEZ/19	AH
Proventos - Pessoal Civil	206.484.976	196.775.742	5%
13º Salário - Pessoal Civil 16/91	19.244.871	18.987.927	1%
Pensões Cíveis	14.482.593	12.634.772	15%
Assistência à saúde	4.448.087		
13º Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	919.849		
Férias Vencidas e Prop. Aposentados	659.543	1.276.775	-48%
Auxílio Funeral	256.025	72.446	
Sentenças Judiciais - Aposent. RPPS	146.331	154.778	-5%
Gratificações	140.087	122.438	14%
Demais Vantagens Pecuniárias	22.997	6.164	273%
Auxílio Natalidade	21.755	35.929	
TOTAL	246.827.113	230.066.972	7%

Fonte: SIAFI

No período em análise, destacou-se a rubrica “Assistência à Saúde”, que antes era contabilizada no grupo de Pessoal e Encargos, sendo que, a partir do exercício de 2020, passou a ser contabilizada no grupo de Benefícios Previdenciários e Assistenciais, conforme já explicitado na Nota Explicativa relativa a Pessoal e Encargos.

NOTA 18 • VPD – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais (repasso), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior. Na tabela a seguir tem-se demonstrado a variação percentual das Transferências e Delegações Concedidas no exercício de 2020 em relação ao mesmo período de 2019.

TABELA 16 • TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

R\$

Transferências e Delegações Concedidas			
	DEZ/20	DEZ/19	AH
Transf. a instituições privadas sem fins lucrativos - Contr.	7.500	5.000	50%
Doações/Transferências Concedidas - Consolid		36.131	
Transferências ao Exterior - Contribuições	310.333		
Transferências Voluntárias	8.421.455	1.187.000	609%
Movimento dos Saldos Patrimoniais	311.199.398	420.753.479	-26%
Movimentações de Variação Patrim. Diminutiva		756.128	
TOTAL	319.938.686	422.737.738	-24%

Fonte: SIAFI

A rubrica “Transferências Voluntárias” diz respeito a transferências de recursos, referentes aos acordos de Cooperação Técnica firmados entre a CGU a OCDE, PNUD e UNESCO.

NOTA 19 • VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

TABELA 17 • DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
	DEZ/20	DEZ/19	AH
Reavaliação de Bens Imóveis	600.629	79.569	655%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	373.008	1.370.304	-73%
Incorporação de Passivos	1.473.239		
Desincorporação de Ativos	16	1.111.833	-100%
TOTAL	2.446.892	2.561.705	-4%

Fonte: SIAFI

De acordo com a tabela anterior, constatou-se uma desvalorização no percentual de 655% após a reavaliação de bens imóveis realizada no mês de dezembro/2020, devido a uma retificação da área ocupada pela CGU no imóvel situado no Bloco A da Esplanada dos Ministérios, uma vez que o registro anterior apontava a ocupação do edifício inteiro, sendo que a CGU utiliza apenas o 2º andar.

Em relação à rubrica “Perdas Involuntárias de Bens Móveis”, houve uma redução em 73%. Se destacam nessa rubrica as doações de bens (conclusões administrativas relativas a processos concluídos efetivamente em 2019) e as baixas administrativas (descarte de bens inutilizados, processos de reparação patrimonial ou ainda para correções de erros de lançamento).

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro (BF) da CGU evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO – 2020

R\$

	NE	2020	2019
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias		-	
Vinculadas			
(-) Deduções da Receita Orçamentária			
Transferências Financeiras Recebidas	12	1.119.144.659	1.094.086.579
Resultantes da Execução Orçamentária		1.111.582.564	1.094.043.645
Cota Recebida		1.111.582.564	1.094.043.645
Repasse Recebido			
Sub-repasse Recebido			
Independentes da Execução Orçamentária		7.562.096	42.934
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		7.498.009	13.655
Demais Transferências Recebidas		64.086	29.279
Recebimentos Extraorçamentários		418.120.147	517.242.146
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		65.817.461	68.616.265
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		40.230.756	25.807.612
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.634.637	2.060.484
Outros Recebimentos Extraorçamentários		310.437.293	420.757.785
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		96	3.203
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			1.103
Arrecadação de Outra Unidade		310.437.198	420.753.479
Demais Recebimentos			
Saldo do Exercício Anterior		76.799.527	74.247.092
Caixa e Equivalentes de Caixa		76.799.527	74.247.092
Total dos Ingressos		1.614.064.333	1.685.575.817

(cont.)

R\$

	NE	2020	2019
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias	10	1.121.527.601	1.078.218.927
Ordinárias		394.368.025	881.600.103
Vinculadas		727.159.576	196.618.824
Educação			
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.092.861	2.200
Previdência Social (RPPS)		169.871.526	196.501.391
Dívida Pública		122.042.906	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		431.152.282	115.233
Transferências Financeiras Concedidas	17	335.002.825	446.952.667
Resultantes da Execução Orçamentária		24.980.335	26.587.926
Repasso Concedido		24.896.930	26.000.847
Cota Devolvida		83.406	587.078
Sub-repasso Devolvido			
Independentes da Execução Orçamentária		310.022.489	420.364.741
Movimento de Saldos Patrimoniais		310.022.489	420.364.741
Movimentações para Incorporação de Saldos			
Despesas Extraorçamentárias		88.786.790	83.604.696
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		68.529.644	64.663.228
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		18.986.744	16.699.131
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.266.940	2.160.006
Outros Pagamentos Extraorçamentários		3.462	82.332
Demais Pagamentos		3.462	82.332
Saldo para o Exercício Seguinte		68.747.117	76.799.527
Caixa e Equivalentes de Caixa		68.747.117	76.799.527
Total dos Dispêndios		1.614.064.333	1.685.575.817

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 20 • RESTOS A PAGAR (INSCRITOS E PAGOS)

As informações sobre Restos a Pagar (RP) inscritos e pagos constam da Nota Explicativa nº 12.

NOTA 21 • SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios) foi superavitário no período em R\$ 68.747.117, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o BF do exercício seguinte.

Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa poderão ser encontrados na Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2020

R\$

	NE	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		645.819	11.519.602
INGRESSOS		1.096.213.669	1.069.948.978
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
Outros Ingressos das Operações		1.096.213.669	1.069.948.978
Ingressos Extraorçamentários		1.634.637	2.060.484
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			1.103
Transferências Financeiras Recebidas		784.141.835	647.133.912
Arrecadação de Outra Unidade		310.437.198	420.753.479
Demais Recebimentos			
DESEMBOLSOS		-1.095.567.850	-1.058.429.376
Pessoal e Demais Despesas		-963.603.871	-957.263.147
Legislativo			-10.427
Essencial à Justiça			
Administração		-723.224.164	-729.937.466
Defesa Nacional			-4.800
Previdência Social		-239.785.687	-226.423.855
Saúde		-2.200	-1.760
Trabalho			
Educação		-591.916	-839.452
Direitos da Cidadania			-31.559
Ciência e Tecnologia			-6.680
Agricultura			-6.300
Transporte			-4.050
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagto		96	3.203
Transferências Concedidas		-130.693.578	-98.923.892
Intragovernamentais		-121.954.289	-97.484.280
Outras Transferências Concedidas		-8.739.288	-1.439.612
Outros Desembolsos das Operações		-1.270.402	-2.242.337
Dispêndios Extraorçamentários		-1.266.940	-2.160.006
Transferências Financeiras Concedidas			
Demais Pagamentos		-3.462	-82.332

(cont.)

R\$

	NE	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-8.698.229	-8.967.167
INGRESSOS			
DESEMBOLSOS		-8.698.229	-8.967.167
Aquisição de Ativo Não Circulante		-5.759.560	-6.467.755
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.938.669	-2.499.412
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS			
DESEMBOLSOS			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21	-8.052.410	2.552.435
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		76.799.527	74.247.092
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		68.747.117	76.799.527

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

NOTA 22 • GERAÇÃO LÍQUIDA CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, correspondendo ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em 2020, o valor do fluxo de caixa líquido da CGU correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor de R\$ -8.052.410. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício anterior, no valor de R\$ 76.799.527, revelou um montante de R\$ 68.747.117. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Resultado Financeiro do Exercício”, apurado no Balanço Financeiro (BF).

NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Controladoria-Geral da União (CGU) foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observam-se ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Em 2017, entrou em vigor a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados, no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU), seguem as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, previstas no MCASP, em especial aos seguintes temas:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Créditos a curto prazo;
- Demais Créditos e Valores a Curto Prazos;
- Estoques;
- Ativo realizável a longo prazo;
- Investimentos;
- Imobilizado;
- Intangível;
- Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis;
- Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis;
- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet;
- Provisões;
- Ativos e passivos contingentes;
- Apuração do resultado;
- Resultado patrimonial;
- Resultado orçamentário; e
- Resultado financeiro.

Mecanismos utilizados para controle e garantia da confiabilidade contábil

A conformidade dos registros e das demonstrações contábeis, realizada pelo Serviço de Contabilidade – SECON da CGU é o principal mecanismo de controle dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) constantes da tabela abaixo:

UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS ATIVAS DA CGU

UNIDADES CENTRAIS		
370001	Diretoria de Gestão Interna	DGI
370002	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	COGEP
370003	Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Documentação	CGLCD
370004	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	CGCOF
370006	Setorial Contábil	SECON
CONTROLADORIAS REGIONAIS NOS ESTADOS		
370009	Controladoria Regional da União no Estado do Acre	CGU-R/AC
370010	Controladoria Regional da União no Estado do Alagoas	CGU-R/AL
370011	Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas	CGU-R/AM
370012	Controladoria Regional da União no Estado do Amapá	CGU-R/AP
370013	Controladoria Regional da União no Estado do Bahia	CGU-R/BA
370014	Controladoria Regional da União no Estado do Ceará	CGU-R/CE
370015	Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo	CGU-R/ES
370016	Controladoria Regional da União no Estado do Goiás	CGU-R/GO
370017	Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão	CGU-R/MA
370018	Controladoria Regional da União no Estado do Minas Gerais	CGU-R/MG
370019	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul	CGU-R/MS
370020	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso	CGU-R/MT
370021	Controladoria Regional da União no Estado do Pará	CGU-R/PA
370022	Controladoria Regional da União no Estado do Paraíba	CGU-R/PB
370023	Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco	CGU-R/PE
370024	Controladoria Regional da União no Estado do Piauí	CGU-R/PI
370025	Controladoria Regional da União no Estado do Paraná	CGU-R/PR
370026	Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro	CGU-R/RJ
370027	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	CGU-R/RN
370028	Controladoria Regional da União no Estado do Rondônia	CGU-R/RO
370029	Controladoria Regional da União no Estado do Roraima	CGU-R/RR
370030	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul	CGU-R/RS
370031	Controladoria Regional da União no Estado do Santa Catarina	CGU-R/SC
370032	Controladoria Regional da União no Estado do Sergipe	CGU-R/SE
370033	Controladoria Regional da União no Estado do São Paulo	CGU-R/SP
370034	Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins	CGU-R/TO

Cabe mencionar que as Unidades Gestoras das Controladorias Regionais nos Estados, em que pese possuir status de UG Executora, realizam apenas registros patrimoniais, sendo os registros orçamentários e financeiros efetuados pelas Superintendências/Gerências Regionais de Administração do Ministério da Economia.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL